



PROPOSTA Nº. 122/2017

**ASSUNTO:** Submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2017 a 2020 e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para "Aquisição de peças, componentes e acessórios originais, para as viaturas da frota municipal de marca Mercedes-Benz" (Proc. n.º 4328/CML/17)

PELOURO: Frota - Vereador Duarte Cordeiro

SERVIÇO: DMHU / DRMM

Considerando que:

1. Existe a necessidade de aquisição de peças, acessórios e componentes originais, para as operações de assistência com a manutenção e reparação das cerca de 83 viaturas da marca Mercedes-Benz, que integram a frota municipal, sendo que 72 dessas viaturas integram o segmento destinado à recolha de resíduos urbanos;
2. O procedimento de contratação com o mesmo objeto, atualmente em vigor, cessa os seus efeitos no final do corrente ano de 2017, pelo que tem de ser garantida a continuidade do fornecimento, no sentido de manter a operacionalidade deste segmento de viaturas;
3. Se verificou, nos últimos dois anos, um acréscimo da média dos consumos em cerca de 17,5 %, em resultado do aumento da antiguidade das viaturas da marca Mercedes-Benz e da opção gestionária em privilegiar que as reparações sejam realizadas internamente, no sentido de otimizar e rentabilizar os meios técnicos e humanos existentes nos serviços desta Autarquia, em detrimento do recurso a intervenções em entidades externas que se revelam mais dispendiosas;
4. A opção pela utilização de peças, acessórios e componentes originais da marca, que embora sendo ligeiramente mais dispendiosos, possuem maior fiabilidade e durabilidade, bem como as previsões anteriormente sustentadas, prevê-se que exista uma estabilidade nos consumos e nos custos a dispendir, em resultado das medidas anteriormente elencadas;
5. A competência para a decisão de contratar, escolha do procedimento, aprovação das respetivas peças, autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar, cabe ao Exmo. Senhor Vereador Dr. José Duarte Cordeiro, no uso das competências delegadas pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 2 do ponto II, da alínea b) do n.º 1 e n.º 6 da letra E do ponto I, todos do Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, na redação que lhe foi dada pelo Anexo I do Despacho n.º 142/P/2015, de 17/12/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos art.º 36.º, n.º 1 e 38.º, ambos do CCP;
6. A despesa inerente a este procedimento de formação contratual dá lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico, não estando prevista em Plano Plurianual;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A  
G A B I N E T E D O V E R E A D O R D U A R T E C O R D E I R O

7. A competência para autorizar a repartição de encargos e a assunção de compromissos plurianuais cabe à Assembleia Municipal, nos termos conjugados dos n.ºs. 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação atual dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

**TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE:**

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 24.º e nas alíneas dd) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na alínea b) do artigo 3.º e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março:

**Submeter à Assembleia Municipal**, a prévia autorização para a repartição de encargos e a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2017, 2018, 2019 e 2020, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia para a "Aquisição de peças, componentes e acessórios originais, para as viaturas da frota municipal de marca Mercedes Benz", pelo prazo inicial de 1 (um) ano, prorrogável anualmente, até ao limite de 3 (três) anos, até ao valor máximo de 432.000,00€ (quatrocentos e trinta e dois mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23% no valor de 99.360,00€ (noventa e nove mil e trezentos e sessenta euros), totalizando 531.360,00€ (quinhentos e trinta e um mil trezentos e sessenta euros) para os seguintes anos económicos e da seguinte forma:

Ano	Valor total s/ IVA (€)	IVA 23% (€)	Valor total c/ IVA (€)
2017	24.000,00	5.520,00	29.520,00
2018	144.000,00	33.120,00	177.120,00
2019	144.000,00	33.120,00	177.120,00
2020	120.000,00	27.600,00	147.600,00
Totais	432.000,00	99.360,00	531.360,00

A despesa irá integrar a rubrica orçamental 02.01.12 (material de transporte-peças), da orgânica L17.02.

Lisboa, 17 de março de 2017

O Vereador

*Duarte Cordeiro*  
- Duarte Cordeiro -



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM  
Prop. n.º 127/2017  
Fls. \_\_\_\_\_

## **CONCURSO PÚBLICO**

**Com publicação no Jornal Oficial da União Europeia**

**“AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, PARA AS  
VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DE MARCA MERCEDES BENZ”**

**Processo n.º \_\_\_\_/CPI/DA/CCM/2017**

## **PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Índice do Programa do Procedimento**

Artigo 1.º Objeto do Concurso .....	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante .....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Artigo 4.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento .....	3
Artigo 5.º Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento .....	4
Artigo 6.º Erros e omissões do caderno de encargos .....	4
Artigo 7.º Concorrentes .....	5
Artigo 8.º Proposta e seus elementos .....	5
Artigo 9.º Modo de apresentação das propostas .....	5
Artigo 10.º Documentos que constituem a proposta .....	6
Artigo 11.º Apresentação de propostas variantes .....	6
Artigo 12.º Preço anormalmente baixo .....	7
Artigo 13.º Prazo para apresentação de propostas .....	7
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....	7
Artigo 15.º Critério de adjudicação .....	7
Artigo 16.º Abertura de propostas .....	7
Artigo 17.º Esclarecimentos sobre as propostas .....	8
Artigo 18.º Análise das propostas e relatório preliminar .....	8
Artigo 19.º Audiência prévia .....	9
Artigo 20.º Relatório final e adjudicação .....	9
Artigo 21.º Notificação da decisão de adjudicação .....	9
Artigo 22.º Documentos de habilitação do adjudicatário .....	9
Artigo 23.º Caução .....	10
Artigo 24.º Minuta do Contrato .....	10
Artigo 25.º Outorga do contrato escrito .....	10
Artigo 26.º Despesas e encargos .....	10
Artigo 27.º Impugnações administrativas .....	10
Artigo 28.º Prevalência .....	10
Artigo 29.º Legislação aplicável .....	10
ANEXO I MINUTA DA PROPOSTA .....	11
ANEXO II .....	12
MODELO DE DECLARAÇÃO .....	12
ANEXO III TABELA PREÇOS (IVA não incluído) .....	14
ANEXO IV .....	18
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....	18
ANEXO V .....	20
MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA .....	20
ANEXO VI .....	21
MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO .....	21
ANEXO VII .....	22
MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO .....	22
ANEXO VIII .....	23
MODELO DE DECLARAÇÃO .....	23



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**Artigo 1.º**

**Objeto do Concurso**

O presente procedimento tem por objeto a **“Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca MERCEDES BENZ”**, sendo lançado na modalidade de Concurso Público com Publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

**Artigo 2.º**

**Entidade pública adjudicante**

1. A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa através da Direção Municipal de Higiene Urbana – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, sito na Avenida Infante Dom Henrique, Lote 1 - 1800-220 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico [dmhu.drmm@cm-lisboa.pt](mailto:dmhu.drmm@cm-lisboa.pt), (telefone 218172900 - 218555154), sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças - Departamento de Aprovisionamentos – Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25-9.º Piso-Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico [dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt).

2. O presente procedimento processa-se, integralmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov», com o seguinte endereço: <http://www.acingov.pt>.

3. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “acinGov” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, que sejam imputáveis ao sistema em que a plataforma opera, ou à própria plataforma.

**Artigo 3.º**

**Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada despacho do Exmo. Senhor Vereador Dr. Duarte Cordeiro, datado de \_\_/\_\_/\_\_, exarado à margem da informação n.º \_\_\_\_\_, no uso das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, através do Despacho n.º 42/P/2015, de 21/05/2015, publicado no 4º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28/05/2015, alterado pelo Despacho 142/P/2015, publicado no 2º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17/12/2015, em cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 18.º, e do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, do n.º 1, do artigo 36.º, e do artigo 109.º, ambos do CCP.

**Artigo 4.º**

**Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

1. O presente Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos e seus Anexos, encontram-se patentes na plataforma eletrónica “acinGov”, desde a data da publicação do anúncio no Diário da República, até ao termo do prazo para apresentação das propostas.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento referidas no número anterior, poderão ser consultados na Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 – 9.º. Piso-Bloco A – 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico: [dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt), desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 133.º, n.º 1, do CCP.

3. O acesso à referida plataforma eletrónica como interessado é gratuito e permite efetuar a consulta e o “download” das peças do procedimento.

4. Para ter acesso à plataforma «acinGov», o eventual interessado deverá aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>; carregar no separador “Aderir” e preencher o formulário de adesão.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

5. Após o preenchimento do formulário de adesão, o interessado deverá remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica "acinGov". A validação dos documentos é efectuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário, devem ser esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço electrónico: [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt) ou do contacto telefónico número 707 451 451.
7. Os eventuais interessados no procedimento, apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efectuarem o registo na plataforma eletrónica "acinGov", nos termos do n.º 4 deste artigo.

**Artigo 5.º**

**Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste concurso.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, através da plataforma eletrónica "acinGov" dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos a que se refere o número 1 serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para apresentação das propostas, atento o disposto no artigo 50.º n.º2 do CCP
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no número anterior.
5. A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determinará, a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

**Artigo 6.º**

**Erros e omissões do caderno de encargos**

1. Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, na plataforma eletrónica "acinGov", uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados que digam respeito a:
  - a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou,
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no n.º 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 (sessenta) dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.
5. A aceitação de erros e omissões nos termos do número anterior, determina a identificação, pelo órgão competente para a decisão de contratar, dos termos do suprimento daqueles.
6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica «acinGov», pela entidade pública adjudicante e juntas às peças procedimentais, devendo todos aqueles que as tenham adquirido ~~as peças do procedimento~~, serem imediatamente notificados daquele facto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Artigo 7.º**  
**Concorrentes**

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem concorrer no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.
5. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

**Artigo 8.º**  
**Proposta e seus elementos**

1. A Proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na Proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
4. No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, ou não existindo representante comum, por todos os seus membros ou respetivos representantes.

**Artigo 9.º**  
**Modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados através da plataforma eletrónica, até ao termo do prazo fixado no presente Programa do Procedimento.
2. A Proposta será elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Programa do Procedimento (Minuta da Proposta).
3. O Preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. Os concorrentes deverão obrigatoriamente apresentar proposta para a totalidade dos bens que constituem o objeto do presente procedimento.
6. A proposta a apresentar pelos concorrentes, devem indicar apenas preços para peças novas originais, não sendo admitidos preços para peças reconcondicionadas.
7. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a Proposta, apresentado directamente na plataforma electrónica de contratação «acinGov», pode a entidade pública adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos respectivos originais de quaisquer documentos cuja reprodução foi apresentada.
8. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma electrónica «acinGov», devem ser assinados com recurso a certificados de assinatura electrónica qualificada próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

9. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder constante da assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicar o poder de representação e a assinatura do assinante.
10. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato "ZIP" ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos legalmente previstos essa forma a força probatória de documento particular assinado, sob pena de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
11. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a cada membro do agrupamento concorrente, bem como preencher o formulário principal.
12. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade pública adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio o documento dele constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.
13. No caso de agrupamento de concorrentes, as Propostas devem ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do presente Programa do Procedimento.
14. A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa, salvaguardada a exceção prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 10.º deste Programa de Procedimento.
15. A proposta deve apresentar preços para peças sobressalentes originais, conforme definição prevista no artigo 1.º alínea "t" do Regulamento Conformidade Europeia (CE) n.º 1400/2002 de 31 de julho (peças genuínas).

**Artigo 10.º**

**Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta deve ser constituída pelos documentos a seguir indicados, a saber:
  - a) **Proposta contratual**, elaborada de acordo com o modelo do Anexo I ao presente Programa do Procedimento, integralmente preenchida.
  - a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o Anexo II – Modelo de Declaração), constante do presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante.
  - b) **Documento em formato Excel**, inserto na plataforma eletrónica, contendo todos os elementos solicitados no Anexo III – Tabela de Preços, devendo os concorrentes indicar obrigatoriamente a totalidade dos elementos solicitados.
  - c) **Tabela de Preços de Venda ao Público** ou indicação de acesso via internet. Obrigatório para todos os concorrentes independentemente da apresentação de descontos sobre os preços da tabela.
  - d) **Documento** que os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável, de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.
  - e) **Declaração comprovativa de Concessionário oficial da marca Mercedes Benz**, emitida pelo representante oficial da marca em Portugal ou pela empresa proprietária da marca, podendo neste caso, o documento ser apresentado em língua inglesa. A declaração somente é aceite caso tenha sido emitida nos últimos 90 dias.
  - f) **Documento em que conste a identificação e contacto** do(s) elemento(s) responsável(eis) por parte do adjudicatário perante a entidade pública adjudicante, bem como, o horário de funcionamento dos serviços responsáveis pelo fornecimento de peças objeto do presente concurso público;
  - g) **Declaração de compromisso**, relativa ao fornecimento, à consignação, de um equipamento de diagnóstico de identificação de avarias da marca e que permita o acesso aos manuais de manutenção.
  - h) **Declaração de compromisso** sobre disponibilização de meios para identificação das peças Mercedes-Benz, a partir dos números do chassis das viaturas, seja através da cedência de um "software de identificação de peças" ou através de "acesso a uma plataforma disponível na internet".

**Artigo 11.º**

**Apresentação de propostas variantes**

Não é permitida a apresentação de propostas variantes ou propostas que alterem as cláusulas do presente procedimento.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Artigo 12.º**  
**Preço anormalmente baixo**

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, os preços resultantes de uma Proposta, são considerados anormalmente baixos, quando o valor apresentado seja 50% ou mais inferior ao preço do somatório das peças referenciado na Cláusula 2ª n.º2 do Caderno de Encargos.

**Artigo 13.º**  
**Prazo para apresentação de propostas**

1. A Proposta e os documentos que constituem, devem ser apresentados, diretamente, pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica «acingov», até à data e hora indicadas na referida plataforma.
2. A receção das propostas, são registadas com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante, antes do termo do prazo referido no n.º 1 deste artigo. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.
6. O prazo para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

**Artigo 14.º**  
**Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

É de 120 (cento e vinte) dias o prazo da obrigação da manutenção das propostas.

**Artigo 15.º**  
**Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 74 do Código dos Contratos Públicos, de acordo com o modelo de avaliação constante do Anexo IV (Modelo de Avaliação das Propostas) ao presente Programa de Procedimento, que dele faz parte integrante.
2. Em caso de empate, é considerada como economicamente mais vantajosa, a proposta que apresentar o menor valor no fator Preço total dos bens (constantes do Anexo III do Programa do Procedimento. Mantendo-se o empate, considerar-se-á a melhor classificação obtida no fator "Prazo de entrega". Caso subsista empate, considerar-se-á a melhor classificação obtida no fator "Desconto sobre tabela PVP".
3. Por último, persistindo o empate, será selecionada a proposta na sequência de sorteio a desenrolar-se, presencialmente com os concorrentes em situação de empate, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante comunicação na plataforma eletrónica. Do ato do sorteio é lavrada ata assinada por todos os presentes.

**Artigo 16.º**  
**Abertura de propostas**

1. O Júri do procedimento, às 10 horas do dia útil, imediato, ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma palavra-passe aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes, pode reclamar desse facto, no prazo máximo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

**Artigo 17.º**

**Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica "acinGov", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

**Artigo 18.º**

**Análise das propostas e relatório preliminar**

1. Após a análise das propostas e de todos os seus atributos, representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação previsto no artigo 15.º e Anexo IV do presente Programa do Procedimento, o júri elabora um Relatório Preliminar, no qual deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
  - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
  - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
  - e) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou no n.º 1 do artigo 58.º do CCP;
  - f) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no artigo 11º do presente programa de procedimento;
  - g) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
  - h) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
  - i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP;
  - k) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
  - l) Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.
2. Do Relatório Preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Artigo 19.º**  
**Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica "acinGov", para que num prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronunciem sobre o mesmo

**Artigo 20.º**  
**Relatório final e adjudicação**

1. Realizada audiência prévia, o júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O Relatório Final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

**Artigo 21.º**  
**Notificação da decisão de adjudicação**

1. A adjudicação é o acto pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º;
  - b) Prestar caução, nos termos do disposto no artigo 88.º a 91.º, indicado expressamente o seu valor;
  - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiros entidades relativo a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do Relatório Final de análise das propostas.

**Artigo 22.º**  
**Documentos de habilitação do adjudicatário**

1. O adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica «acinGov», no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, redigidos em língua portuguesa, os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do (CCP), nomeadamente:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo VIII ao presente Programa de Procedimento;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e i) do artigo 55.º do CCP.
  - c) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
2. Em substituição do documento previsto na alínea c) deste n.º 1, pode ser apresentado o certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a emitir por esta entidade, com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações do contrato a celebrar.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

3. Sempre que se verifique um facto, que determine a caducidade da adjudicação é concedido ao adjudicatário um prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
4. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no artigo 86.º do CCP, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação.

**Artigo 23.º**  
**Caução**

A caução, fixada no valor de 5% do preço contratual, sendo de 10% se o preço total da proposta adjudicada for considerado anormalmente baixo, é destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, deve ser prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou guia de depósito nos termos dos **modelos constantes dos Anexos V, VI e VII** (Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro Caução e Modelo de Guia de Depósito) do Programa de Procedimento e que dele fazem parte integrante.

**Artigo 24.º**  
**Minuta do Contrato**

1. O adjudicatário é notificado da minuta do contrato, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
2. São admissíveis reclamações da minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão das obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
3. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato, notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação apresentada.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

**Artigo 25.º**  
**Outorga do contrato escrito**

O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito, e celebrado em data a estabelecer pelas duas partes no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da respetiva minuta pelo adjudicatário, devendo o órgão competente para a decisão de contratar comunicar ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**Artigo 26.º**  
**Despesas e encargos**

Constituem encargos dos concorrentes e adjudicatário, consoante o caso, as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas, tal como as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, à prestação da caução e os emolumentos que devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

**Artigo 27.º**  
**Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – devem ser apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública «acinGov».

**Artigo 28.º**  
**Prevalência**

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

**Artigo 29.º**  
**Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa do Procedimento aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO I

MINUTA DA PROPOSTA

\_\_\_\_\_ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para “Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca MERCEDES BENZ”, Proc. n.º \_\_\_\_/CP/DA/CCM/17, a que se refere o presente Programa do Procedimento, obriga-se a fornecer todos os bens que o constituem em conformidade com os documentos o constituem, nos seguintes termos e condições:

- a) Preço Total do somatório dos preços unitários do Anexo III ao Programa de Procedimento: \_\_\_\_\_ € (euros), sem IVA;
- b) Prazo de Entrega, de acordo com a Cláusula 5ª n.º 1 alínea e) do Caderno de Encargos: \_\_\_\_\_ (horas);
- c) Desconto sobre tabela de Preços de Venda ao Público: \_\_\_\_\_ (%) apurado de acordo com os indicadores do ponto 3. do Anexo IV do PP. Este valor será igualmente aplicado nos casos de aquisição de peças que não constem do Quadro do Anexo III ao Programa de Procedimento.
- d) Prazo de Garantia (Cláusula 6ª do Caderno de Encargos): \_\_\_\_\_ (meses completos).
- e) Esquema de revisão de preços, que não poderá ser superior à taxa anual de inflação (IPC) do ano civil anterior. Devem ser indicados os fatores que determinam a revisão e quando é efetuada, se for caso disso.  
Caso o concorrente não indique qualquer cláusula de revisão de preços, os preços serão mantidos até ao final do contrato.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data, \_\_\_\_\_

Assinatura, \_\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]**

1 — ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

- a) .....
- b) .....
- c) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional <sup>(4)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional <sup>(5)</sup> <sup>(6)</sup>];
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(7)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(8)</sup> <sup>(9)</sup>];
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(10)</sup>;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(11)</sup>;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória <sup>(12)</sup>;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho <sup>(13)</sup>;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(14)</sup>;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes <sup>(15)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes <sup>(16)</sup> <sup>(17)</sup>]:
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;



## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local), ..... (data), ..... [assinatura <sup>(18)</sup>].

1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

10) Declarar consoante a situação.

11) Declarar consoante a situação.

12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

14) Declarar consoante a situação.

15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO III

TABELA PREÇOS (IVA não incluído)

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
202594	MB 004522276	Eixo trs MB Atego 815 K	1		
211786	MB 9702601959	Modulo comando transmissão (GS) MB Atego 1823	2		
224741	MB 0004464502	Centralina cx velocidades MB Atego 1828	1		
223969	MB 0004466602	Modulo centralina FR (EMR) MB 1828	1		
207916	MB 9423501505	Triangulo apoio chassis/diferencial eixo trs MB Atego 1823	5		
216534	MB 0012605963	Bomba comando mudanças MB 2528	3		
208964	MB 9060301102	Cambota motor STD (motor 90692600218049) MB Atego 1823	1		
210065	MB 0011307915	Cabeça compressor MB Atego 2528 / 815 K	8		
215813	MB 9060107621	Cabeça motor MB 1528	1		
214687	MB 9060504201	Arvore comes motor 90692600218049 MB 2528	1		
220256	MB 0004464421	Quadrante manómetros completos (INS) MB Atego 2528	1		
212090	MB 9734100902 80	Transmissão diferencial MB Atego 1823	1		
212318	MB 3892620637	Anilha sincronizadora 1ª/2ª/3ª/4ª/5ª cx vels MB Atego 2528	6		
212574	MB 9064601700/80	Caixa direção (reconstruída) MB Sprinter B 315CDI/1906-633	1		
209219	MB 0002607798	Comando alavanca velocidades MB Atego 2528	2		
210938	MB 0194209718	Acumulador travao trs drt MB Atego 1828	2		
209396	MB 9452642127	Valvula electropneumática tomada força MB Atego 2528	3		
222714	MB 6752620137	Anilha sincronizadora 1ª/2ª/3ª/4ª/5ª cx velocidades MB 914 K/31	5		
210646	MB 0019101538	Válvula reguladora banco motorista MB Atego 1828K / IV 397E12.35	12		
212930	MB 0074204218	Acumulador cilindro travao trs MB 2222K/32	2		
218451	MB 0024461821	Quadrante manómetros INS MB Atego 1317K	1		
214048	MB 6738800170	Pára choques frt MB 914 / 814 / 917	5		
221935	MB 0022507315	Rolamento embraiagem com bomba MB Atego 1318 LK0/33	3		
211955	MB 9734105201 80	Transmissão cx velocidades MB Atego 1823	1		
220103	MB 9702641401	Tampa trs tomada força NM1 XW-Nº 65040025 MB 814	3		
216602	MB 94066608017354	Cx estribo inf esq cabine MB 1823 / 2528	4		
202145	MB 9402615683	Jg tubos divisao mudança cx vels MB Atego 2528 / 1828	2		
210633	MB 6792510401	Cloche embraiagem MB 1314	1		
209398	MB 9702640006	Veio tomada força MB Atego 1823	5		
222606	MB 9762621113	Carreto da 1ª velocidade MB 1528	2		
205281	MB 9418201021	Farolim indicador direcção frt guarda-lamas MB Atego 2528, 2518	40		
215603	MB 9702680181	Actuador velocidades MB 1823	1		
210181	MB 0004460642	Modulo comando ABS MB Sprinter 413	1		
202147	MB 9705420318	Sensor pressão HPS (cx vels) MB Atego 1823, 1828, 2528K	4		
223462	MB 0004303907	Sensor pressão válvula 6/4 vias MB Atego 1317 K/2528	4		
215817	MB 9060100833	Carter distribuição MB 1528	1		
207873	MB 94066609017354	Cx estribo drt MB Atego 2528	3		
218173	MB	Ponta pára choques frt drt MB 815 K	6		





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
	97388005707354				
217731	MB 9493300403	Barra direcção transversal 1º eixo MB 2528	2		
216994	MB 0015432015	Placa fusíveis MB 815	2		
203530	MB 0034307581	Valvula travão estacionamento MB Atego 815K	5		
210602	MB 0014313312	Valvula sensível carga travoes MB 2222K/32 / 914	2		
214682	MB 9060109221	Jg juntas descarbonização MB 2528	2		
223393	MB 9737201905	Porta esq cabine MB Atego 1317 K	1		
209217	MB 0002605098	Jg reparação valvula comando alavanca velocidades MB Atego 2528	2		
215840	MB 9060101313	Carter motor MB 2528	1		
213203	MB 0011533120	Sensor posição motor / árvore cames MB Atego 815K / 1823 K	6		
212320	MB 9452622823	Luva 3ª e 4ª velocidade MB Atego 2528	3		
223514	MB 6110302005	Volante bi massa MB Sprinter 413 CDI/40 Mini-Bus	1		
215678	MB 0204209118	Acumulador trs drt MB 1314	1		
202136	MB 0012959106	Bomba central embraiagem MB Atego 815K/2528	8		
201586	MB 9414701101	Deposito gasoleo MB Atego 2528	1		
206988	MB 6460302105	Volante motor MB Sprinter B 315	1		
209527	MB 9702621114	Carreto 4ª movel cx vel MB 1823	1		
210643	MB 0009190794	Válvula pneumática banco motorista MB Atego 1828K	6		
211862	MB 0190943502	Cx filtro ar MB Atego 1828	2		
206971	MB 0014206401	Bomba travão trs frt drt MB Atego 815 K	1		
214468	MB 9260300740	Jg segmentos 102,9 mm motor MB 1828	6		
221636	MB 9452600057	Válvula meia mudança alt/bx cx vels MB 1528/1828/2528	3		
208955	MB 9060306605/80	Volante motor MB Atego 1828K	2		
209455	MB 0044296544	Válvula magnética ABS eixo frt/trs MB Atego 1823/2528	2		
217000	MB 9738800470 7354	Ponta pára choques frt esq MB 815	4		
215179	MB 0014609005	4ª barra longitudinal direcção MB 2528	2		
210340	MB 0038205042	Motor limpa vidros MB Atego 1314 KO/33	2		
204307	MB 9060969099	Turbo MB Atego 2528, 1828K	1		
213193	MB 0024602405	Barra longitudinal direcção 1º eixo MB Atego 2528	2		
212321	MB 3832620305	Veio secundario cx velocidades MB 914	1		
215138	MB 94246403015C38	Volante direcção MB 2528 / 815	3		
209220	MB 0182509501	Jg embraiagem MB Atego 1823	2		
223561	MB 9452643327	Valvula electropneumática tomada força MB 2528	1		
215251	MB 9702640427	Corpo engate tomada força MB 814	4		
224575	MB 6702620802	Veio primario cx vel MB 814	1		
210438	MB 0000902250	Bomba alimentação gasoleo MB 1717 K/39	2		
222687	MB 0034603705	Barra direcção peq 2º eixo direcionalvel MB Atego 2528	2		
213299	MB 0041531828	Sensor pressão absoluta colectro admissao MB Atego 2528 / 815	3		
224488	MB 0015003693	Ventoinha arrefecimento valvulina caixa MB 1529 F	1		
216440	MB 9404901019	Tubo flexível escape MB 2528	3		
220270	MB 6754603005	Barra direcção longitudinal MB 914 K/31	2		
201968	MB 9702620545	Flange saída cx vel MB 814	2		



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
213554	MB 0091541502	Alternador motor MB 1717	1		
201562	MB 0012602563	Valvula bomba selectro cx velocidades MB Atego 2528 L(950.62) (6X2)	1		
210598	MB 3464230201	Polia travao trs MB 2222K/32	2		
215640	MB 0034297344	Valvula 2 vias acumulador travao trs MB 814	1		
220992	MB 3522004623	Ventoinha radiador motor MB 1017	1		
216387	MB 9453300203	Barra direcao transversal 2º eixo MB 2528	1		
203997	MB 0002900201	Pedal acelerador MB 814 K	1		
223513	MB 0202502901/80	Embraiagem (prato/disco) MB Sprinter 413 CDI/40 Mini-Bus	1		
215855	MB 9702600344	Carreto 1ª move! MB 1823	1		
211922	MB 0014305681	Valvula travao mao MB 2222K/32	1		
220401	MB 0022600663	Cilindro selector velocidades MB Atego 1823 /1828 K	1		
221765	MB 6745280282	Tubo flexivel filtro de ar/admissao MB 1314 KO/33	1		
221209	MB 0024303781	Valvula travão mão Bosch MB 814 K	1		
211784	MB 9062001822	Embraiagem ventoinha MB Atego 1828/2528	1		
207137	MB 9402612883	Jg tubos saída bomba central mudanças MB Atego 2528	1		
222695	MB 3852641318	Veio carreto tomada força NA 3/60-20 012050 MB 914 K/31	1		
217043	MB 6738100714	Haste espelho drt MB 914K/31	3		
203533	MB 0025423818	Sensor ABS roda trs MB Atego 815K	7		
219374	MB 94066605017354	Cx estribo patim esq MB Atego 1828 K	2		
210550	MB 0002625215	Carreto movel 5ª cx vel MB 815	1		
210297	MB 0092501203 80	Disco embraraiaagem MB 1613 KO/39	1		
219648	MB 9736662901 7354	Guarda lamas drt frt MB Atego 815 K	2		
203474	MB 6734216131	Jg calços travão trs/frt 2ª reparação MB 914	2		
223575	MB 9762610218	Tampa veio primario cx velocidades MB Atego 2528	2		
212324	MB 0073231600	Amortecedor frt MB Atego 1823	2		
210581	MB 0008003778	Válvula banco MB Atego 815K	1		
211835	MB 9042050406	Ventoinha motor MB 1528	1		
213897	MB 3892692001	Tampa bomba óleo cx vels MB 2528	3		
218426	MB 9702623134	Anilha sincron 3/4ª velocidade MB 814	4		
223349	MB 3892692101	Anilha ext bb óleo cx vels MB 2528	3		
218427	MB 9702623034	Anilha Sincronizadora 1ª velocidade MB Atego 1823 L	4		
217730	MB 0034603605	3ª Barra direcção longitudinal MB 2528	1		
210402	MB Q0009855V0010000 00	Jg embraiagem Smart City Coupe Pure	1		
216810	MB 9060302005	Volante motor MB 917/37	1		
215842	MB 9042004901	Bomba água motor MB 2528/ Atego 814/815K/1823/1828	4		
213384	MB 0024604605	Barra direcção longitudinal MB 1823	2		
214454	MB 9705000449	Reservatorio vaso expansão motor MB 1528 / 1318	3		
224844	MB 9063200433	Amortecedor frt MB Sprinter 313 CDI/43	2		
223862	MB 3853301403	Barra direcção longitudinal completa MB 1213	1		
208967	MB 9060300224	Jg segmentos motor 102 mm MB Atego 1823	4		



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

Código	Referência	Designação	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
210603	MB 9702601209	Punho alavanca selector mudanças MB Atego 1823	1		
203525	MB 6734213631	Jg calços travão frt/trs MB 814	3		
207722	MB 0005458613	Comando suspensão L(950.62) (6X2) MB Atego 2528	1		
202150	MB 0125425617	Sensor rotação cx vels MB Atego 1828 K/ 2528	4		
202146	MB 0002604298	Valvula comando selector mudança cx vels MB Atego 2528	1		
210112	MB 0005431015	Modulo indicador direcção MB 1717	1		
211688	MB 9705000403	Radiador motor MB 1528	1		
203176	MB 0003262481	Casquilho barra estabilizadora frt MB Atego 2528	8		
210559	MB 9040104521	Jg juntas cabeça motor MB 914	1		
213896	MB 3892625434	Anel sincronizador 4ª velocidade MB 2528	1		
213750	MB 9260300260	Jg capas biela 0,25 MB 2528	4		
213749	MB 9260300940	Jg bronzes apoio cambota 0,25 mm MB 2528	5		
223856	MB 94088004447C72	Canto com deflector drt MB Atego 1823	3		
204175	MB 0004700305	Tampão depósito gasóleo MB 1613	18		
210586	MB 024250170380	Disco embraiagem MB Atego 814	1		
203534	MB 0015427818	Sensor ABS roda frt MB Atego 815K	6		
216987	MB 00854501245C38	Comutador luz/individual direcção/limpa vidros MB 815/2528	3		
210579	MB 9408804470 7354	Ponta drt parachoques frt MB Atego 1828	1		
207190	MB 9705420117	Bóia deposito gasóleo MB Atego 815 K	3		
212210	MB 9418205661	Farol drt MB Atego 1828	1		
216686	MB 6733100353	Escora cabine MB 1314	1		
219055	MB 9406603230	Suporte estríbo MB 1828	1		
221499	MB 0022951006	Bomba central embraiagem MB Atego 1318 LKO/33	3		
209665	MB 0024307881	Valvula travão mão MB 1717	1		
212109	MB 0155429817	Sensor velocímetro MB Atego 815 K	1		
210590	MB 9738814401 7354	Canto trs guarda-lamas frt drt MB Atego 815K	2		
218230	MB 6738100614	Haste espelho retrovisor drt / esq MB 1117 K/31	2		
209193	MB 3852620434	Cone 4ª velocidade MB 1213	1		
210599	MB 6174232130	Jg calços travão trs MB 2222K/32	1		
216426	MB 0019892403	Óleo PENTOSIN cx vels	13		
214387	MB 0084204920	Jg pastilhas travão frt/trs (Sel 2915301) Sprinter 413 CD	3		
215335	MB 90688001709B51	Parachoques frt MB Sprinter B 315 CDI	1		
219728	MB 0002901547	Jg reparação servo embraiagem sector mudanças MB 2528	2		
209681	MB 0004213006	Porta pastilhas travão trs esq MB Atego 815K	1		
222108	MB 0004317001	Bomba cilindro principal travão MB Sprinter 413 CDI/40	1		
224020	MB 9060541001	Tuche motor MB 814	9		
202087	MB 3812620634	Carreto sincronizador 2ª/5ª cx vels G3/60 MB 914	1		
Preço total (soma dos preços unitários) .....					



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO IV**

**CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO - MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**1. Considerações Gerais**

1.1 O critério de adjudicação fixado é o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo em consideração os seguintes fatores e ponderações:

- |                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| a) Preço Total do somatório dos preços dos bens constantes do Anexo III ao Programa de Procedimento ..... | 75% |
| b) Prazo de Entrega .....                                                                                 | 15% |
| c) Desconto sobre tabela de Preços de Venda ao Público (PVP) .....                                        | 10% |

1.2 A adjudicação é efetuada ao concorrente que obtiver a classificação final mais elevada.

1.3 A classificação final resultará assim, da aplicação da seguinte fórmula:

$$C_F = 0,75 \times C_{PT} + 0,15 \times C_{PE} + 0,10 \times C_{DT}$$

Em que:

$C_F$  = Classificação Final

$C_{PT}$  = Classificação do Preço Total, do somatório dos preços dos artigos do Anexo III

$C_{PE}$  = Classificação do Prazo de Entrega

$C_{DT}$  = Desconto sobre tabela de PVP

1.4 Todos os fatores e subfactores são ponderados numa escala de 1 a 20 valores.

**2. Fator - Preço Total do somatório dos preços dos bens do Anexo III ao Programa de Procedimento ( $C_{PT}$ ).**

2.1 Para obter a avaliação deste fator será considerado o valor máximo de 144.000,00 €.

2.2 Para obter a classificação será aplicada a seguinte fórmula:

$$C_{PT} = 19 \times [ (144.000,00 - PT_{pro}) / (144.000,00) ] + 1$$

Em que:

$PT_{pro}$  = Preço total do somatório dos preços dos bens indicado pelo concorrente em análise

**3. Fator - Prazo de entrega ( $C_{PE}$ )**

3.1 Na classificação deste fator de apreciação, será classificado o Prazo de Entrega indicado pelos concorrentes, em dias. A contabilização é apurada desde o dia em que se efetua a encomenda (via email) até ao dia da receção da mesma nos serviços da CML.

3.2 Para efeitos da aplicação da fórmula, o valor mínimo considerado é de 1 dia, a que corresponde uma classificação de 20 valores, e o valor máximo é de 5 dias, a que corresponde uma classificação de 1 valor.

3.3 Para a avaliação deste fator será aplicado a seguinte fórmula:

$$C_{PE} = (99 - 19 \times PE_{pro}) / 4$$

**4. Fator - Desconto sobre a tabela de Preços de Venda ao Público ( $C_{DT}$ )**

4.1 Na classificação deste fator de apreciação, será classificado o desconto sobre a tabela PVP indicado pelos concorrentes para os bens fornecidos e enquadráveis no objeto do procedimento:

4.2 Para efeitos da fórmula, o valor mínimo considerado é de 2 %, a que corresponde uma classificação de 1 valor e o valor máximo será de 40 %, a que corresponde uma classificação de 20 valores.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- 4.3 No caso de o concorrente apresentar descontos superiores a 40%, a classificação atribuída será de 20 valores, independentemente do valor do desconto.
- 4.4 Para efeitos de avaliação, no caso de serem apresentados descontos diferenciados para as peças da tabela de PVP, será considerado o menor dos descontos apresentados.
- 4.5 Para a avaliação deste fator será aplicada a seguinte fórmula:

$$C_{DT} = (DT_{pro})/2$$



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO V**

**MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA**

O Banco ....., com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de ....., com o capital social de €..... (..... euros), presta a favor do Município de Lisboa, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €.... (..... euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a ....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ele Município de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento de ....., regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa, sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, ..... de ..... de 20....

Observação: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO VI

MODELO DE SEGURO – CAUÇÃO

A Companhia de Seguros ....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (...euros), presta a favor da Câmara municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de..... (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto a **“Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca MERCEDES BENZ”**, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, ..... de ..... de 20....

Observação: Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

ANEXO VII

MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO

Euros ..... €

Vai .....(nome do adjudicatário), residente (ou com escritório) em ....., na ..... depositar na .....(sede, filial, agência ou delegação) da ..... (instituição) a quantia de (por extenso) ..... (em dinheiro ou representada por) ..... como depósito-caução exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público com Publicidade Internacional N.º ..... para **"Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca MERCEDES BENZ"**, de harmonia com o disposto no Programa de Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º ....., datado de .....de ..... de 20.....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data .....

Assinatura .....





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem ou falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (11)].

Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

Declarar consoante a situação.

A acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM  
Prop. n.º 122 / 2017  
Fls. \_\_\_\_\_

**CONCURSO PÚBLICO**  
Com publicação no Jornal Oficial da União Europeia

**“AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS PARA  
AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DE MARCA MERCEDES BENZ”**

Processo n.º \_\_\_\_ /CPI/DA/CCM/2017

**CADERNO DE ENCARGOS**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Índice**

Cláusula 1.ª Objeto .....	3
Cláusula 2.ª Preço Base .....	3
Cláusula 3.ª Contrato .....	3
Cláusula 4.ª Valor e vigência do contrato .....	3
Cláusula 5.ª Obrigações principais do Cocontratante .....	4
Cláusula 6.ª Conformidade e operacionalidade dos bens .....	5
Cláusula 7.ª Objeto do dever de sigilo .....	5
Cláusula 8.ª Prazo do dever de sigilo .....	5
Cláusula 9.ª Preço contratual .....	5
Cláusula 10.ª Fatura e Condições de Pagamento .....	6
Cláusula 11.ª Sanções contratuais .....	6
Cláusula 12.ª Força maior .....	6
Cláusula 13.ª Resolução por parte do Contraente Público .....	7
Cláusula 14.ª Resolução por parte do Cocontratante .....	7
Cláusula 15.ª Foro competente .....	7
Cláusula 16.ª Subcontratação e cessão da posição contratual .....	8
Cláusula 17.ª Comunicações e notificações .....	8
Cláusula 18.ª Contagem dos prazos .....	8
Cláusula 18.ª Legislação aplicável .....	8
ANEXO I - LISTAGEM DE VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA MERCEDES BENZ .....	9



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**CADERNO DE ENCARGOS**

**Capítulo I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **"Aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca MERCEDES BENZ"**.
2. Por "Frota Municipal da marca MERCEDES BENZ", deve entender-se o conjunto de viaturas e equipamentos constante do Anexo I ao presente Caderno de Encargos e outras da mesma marca que o Município venha a adquirir durante a vigência do contrato.

**Cláusula 2.ª**

**Preço Base**

1. O preço base é de 432.000,00 € (quatrocentos e trinta e dois mil euros), sem IVA incluído.
2. O valor máximo admitido para o somatório total das peças, constantes do Anexo III do Programa do Procedimento é de 144.000,00€ (cento e quarenta e quatro mil euros) sem IVA incluído.

**Cláusula 3.ª**

**Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O Caderno de Encargos;
  - d) A Proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2. da presente Cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º, nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

**Cláusula 4.ª**

**Valor e vigência do contrato**

1. O contrato terá início na data da após a respetiva celebração e obtenção do visto do Tribunal de Contas.
2. O contrato terá a duração inicial de 1 (um) ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de 3 (três) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que, nos termos da lei, perdurarão para além da cessação do contrato.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

3. As prorrogações ao contrato ocorrem sucessiva e automaticamente, caso aquele não seja denunciado por qualquer dos contraentes, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, relativamente ao termo do seu prazo inicial ou das suas prorrogações, através de carta registada com aviso de receção.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato cessará a sua vigência, se entretanto, for alcançado o limite máximo do valor da despesa de 432.000,00€ (quatrocentos e trinta e dois mil euros).
5. No caso do valor do contrato não ser atingido, durante a respetiva vigência, o Cocontratante não tem direito a qualquer indemnização.

**Capítulo II**

**Obrigações contratuais**

**Secção I**

**Obrigações do Cocontratante**

**Cláusula 5.ª**

**Obrigações principais do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a) Proceder ao fornecimento de peças originais Mercedes Benz, requisitadas pela entidade pública adjudicante, ao longo do período contratado;
  - b) Obrigação de garantia dos bens nos termos constantes da proposta;
  - c) O Cocontratante fornecerá orçamentos prévios aos fornecimentos, sempre que for solicitado pela entidade pública adjudicante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a respetiva requisição;
  - d) As dúvidas que o Cocontratante tenha sobre os materiais a fornecer no âmbito do procedimento, devem ser submetidas à consideração da entidade pública adjudicante;
  - e) Os materiais adquiridos deverão ser entregues por conta do Cocontratante, no prazo máximo definido no contrato, a partir da receção por fax ou correio eletrónico da respetiva nota de encomenda, o qual deve ser igual ou inferior a 5 dias, no armazém da Divisão de Manutenção de Frota, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1 – 1800-220 Lisboa.
  - f) As entregas serão parciais de acordo com as necessidades dos serviços e só serão efetuadas mediante comunicação escrita prévia da entidade pública adjudicante.
  - g) Dar apoio/acompanhamento técnico durante a vigência do contrato.
  - h) Cumprir as cláusulas contratuais e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
2. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade pública adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o Cocontratante.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Cocontratante.
4. Os riscos das operações de acondicionamento, embalagem e transporte, carga e descarga nos locais de entrega serão da exclusiva responsabilidade do Cocontratante.
5. A entrega será sempre acompanhada de guia de remessa, devidamente numerada, da qual constará designadamente:
  - a) A data de entrega;
  - b) A identificação do Cocontratante;
  - c) A identificação da entidade pública adjudicante;
  - d) Data de encomenda e número de requisição da entidade pública adjudicante;
  - e) A identificação do concurso ao abrigo do qual é feito o fornecimento;
  - f) A identificação dos bens entregues.
6. A cópia de guia de remessa, assinada e carimbada pelos serviços municipais da entidade pública adjudicante, ficará na posse do Cocontratante, constituindo prova bastante da entrega do material, após boa conferência pela mesma.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

7. Sempre que a entidade Cocontratante venha a proceder à aquisição de materiais não incluídos nas tabelas em vigor e que se enquadrem no objeto do fornecimento, o adjudicatário fica obrigado a atualizar a sua tabela de preços com a inclusão dos novos produtos.
8. O Cocontratante, será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à entidade pública adjudicante e a terceiros, que resultem das respetivas atividades e exercidas no âmbito deste fornecimento de bens.
9. O Cocontratante deverá fornecer, à consignação, um equipamento de diagnóstico de avarias, durante a duração do contrato, e garantir a sua atualização durante o restante tempo de contrato, incluindo a troca do equipamento sempre que tal se justificar. A entrega deverá ocorrer no máximo de 30 dias, após a celebração do contrato.
10. O Cocontratante deverá disponibilizar os meios para identificação das peças Mercedes-Benz, a partir dos números do chassis das viaturas, seja através da cedência de um "software de identificação de peças" ou através de "acesso a uma plataforma disponível na internet".

**Cláusula 6.ª**

**Conformidade e operacionalidade dos bens**

1. O Cocontratante obriga-se a entregar ao Contraente Público, os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos constantes nas peças procedimentais.
2. O prazo de garantia é no mínimo de dois anos, a contar da data da receção dos bens objeto do contrato, sem prejuízo do desgaste normal de utilização;
3. A garantia prevista no número anterior abrange todo o objeto do fornecimento, sem quaisquer limitações.
4. No prazo máximo de 4 (quatro) dias, a contar da data em que o Contraente Público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, deve este notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva correção.

**Cláusula 7.ª**

**Objeto do dever de sigilo**

1. O Cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento no âmbito da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo, não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo Cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Cláusula 8.ª**

**Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Secção II**

**Obrigações do Contraente Público**

**Cláusula 9.ª**

**Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Cocontratante os preços constantes da Proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**Fatura e Condições de Pagamento**

1. As faturas referentes aos bens fornecidos no âmbito do contrato, os quais são entregues de acordo com as solicitações do contraente público, só podendo ser emitidas após a aceitação daqueles, por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis a que se destinam – Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM), devendo ser enviadas para a Direção Municipal das Finanças (D.M.F.) – Departamento de Contabilidade (D.C.), sito no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25 – 8.º Bloco A - 1749-099 Lisboa, delas constando, obrigatoriamente, sob pena de devolução das mesmas, as seguintes indicações:

- Câmara Municipal de Lisboa
- Direção Municipal de Finanças – Departamento de Contabilidade
- N.º do Compromisso
- N.º da encomenda

2. As quantias devidas pelo Contraente Público, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção pelo DRMM das respetivas faturas emitidas pela entidade Cocontratante, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, sendo liquidadas através de transferência bancária.

3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

**Capítulo III**  
**Sanções contratuais e resolução**

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**  
**Sanções contratuais**

1. O Cocontratante está sujeito ao cumprimento das obrigações estabelecidas no presente Caderno de Ençargos e demais normas aplicáveis.

2. No caso de o Cocontratante não cumprir qualquer das obrigações contratuais previstas, ser-lhe-ão aplicadas, até integral cumprimento das mesmas ou até à rescisão do contrato, as seguintes sanções pecuniárias diárias por cada um dos fornecimentos em falta:

- a) 2‰ (por mil) do valor do fornecimento dos bens em falta, acrescido de IVA, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 (dez) dias úteis de atraso;
- b) 4‰ (por mil) do mesmo valor, por cada dia de atraso, nos segundos 10 (dez) dias úteis de atraso.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, o Contraente Público pode exigir uma sanção pecuniária que, no limite, poderá ser igual a 20% do valor contratual.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.

5. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao Cocontratante serão descontadas no pagamento das faturas em que se tenha verificado a ocorrência dos factos ou no mês em que seja decidida pelo Contraente Público a sua aplicação.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**  
**Força maior**

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização alheias à vontade e que ela não pudesse conhecer ou prever, à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 13.ª**

**Resolução por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, de acordo com o procedimento previsto no n.º 2 da presente Cláusula:
- a) Causa geral de resolução – Violação de forma grave ou reiterada pelo Cocontratante de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual;
  - b) Causa especial de resolução – Pelo atraso na conclusão do fornecimento superior a 21 (vinte e um) dias ou se, por escrito, o Cocontratante declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução, referido no n.º 1 da presente cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada por correio com aviso de receção ou por meio de transmissão eletrónica (com confirmação de entrega), e aviso prévio de 30 (trinta dias) contínuos, a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior

**Cláusula 14.ª**

**Resolução por parte do Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Lisboa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.
4. O direito de resolução é exercido por via judicial nas situações previstas no presente Caderno de Encargos.

**Capítulo IV**

**Disposições finais**

**Cláusula 15.ª**

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

**Cláusula 16.ª**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do cocontratante carecem de autorização, por escrito, do Contraente Público, nos termos do disposto no CCP.
2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada, pelo cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º, do CCP.

**Cláusula 17.ª**

**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, aquelas devem ser dirigidas, nos termos do CCP para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, ou seja:
  - a) Por correio eletrónico com aviso de entrega;
  - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. As partes devem identificar no contrato as informações de contato dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

**Cláusula 18.ª**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar no dia seguinte à comunicação da ocorrência efetuada pelo Contraente Público ao Cocontratante.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.
- c) Quando o último dia do prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os Serviços do Contraente Público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

**Cláusula 18.ª**

**Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o regime previsto no CCP, e demais legislação complementar.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**  
Direção Municipal de Higiene Urbana  
Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica

DACM  
Prop. n.º 122/2017  
Fis. \_\_\_\_\_

**ANEXO I**  
**LISTAGEM DE VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DA MARCA MERCEDES BENZ**

Modelo	Ano	Quant.	Categoria
Atego 1317 K	2000	6	Pesado
Atego 1318 LK0/33	2010	3	Pesado
Atego 1823 K	2003	2	Pesado
Atego 1823 L	2003	10	Pesado
Atego 1828 K	2001	5	Pesado
Atego 1828 K	2002	2	Pesado
Atego 2528 L(950.62) (6X2)	1999	6	Pesado
Atego 2528 L(950.62) (6X2)	2000	2	Pesado
Atego 815 K	2000	4	Pesado
Atego 815 K	2001	6	Pesado
Axor 1824L/42	2007	1	Pesado
Sprinter 313 CDI/43	2012	1	Ligeiro
Sprinter 316 CDI	2010	1	Ligeiro
Sprinter 316 CDI/43	2015	1	Ligeiro
Sprinter 413 CDI/40 Mini-Bus	2000	2	Pesado
Sprinter 413 CDI/40 Mini-Bus	2003	3	Pesado
1213 KO/32	1982	3	Pesado
1314 KO/33	1994	3	Pesado
1314 K/31	1996	2	Pesado
1518 K	2009	3	Pesado
1613 KO/39	1979	4	Pesado
1613 KO/39	1980	2	Pesado
1613 KO/39	1981	1	Pesado
1717 K/39	1992	1	Pesado
1717 K/39	1993	2	Pesado
814 K	1998	3	Pesado
914 K/31	1992	4	Pesado
Total	-----	83	-----



# CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa

Contribuinte Nº 500 051 070

## ORÇAMENTO 2017

Data Lanç.: 13.03.2017

Data Doc.: 13.03.2017

Doc. Origem: 149/DMHU/DRMM/17

Descrição: Aq peças, componentes, acessórios viatura Mercedes

Orgânica: L17.02

Dep.de Reparação e Manutenção Mecânica

Nº Cabimento: 5317002418

NUP: 617001555

Funcional:

Moeda: EUR									
Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
02.01.12	EXTRAPLANO	1.574.943,00	133.726,00	1.708.669,00	222.108,60	1.384.351,91	102.208,49	29.520,00	72.688,49
	Totais	1.574.943,00	133.726,00	1.708.669,00	222.108,60	1.384.351,91	102.208,49	29.520,00	72.688,49

Total do Valor Cabimentado 29.520,00

Procedimento Adequado em Função do Valor

Procedimento Seguido Doc. Justificativo

Competência P/ Autorização

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Comunicação Adicional T. C.

Exigido

Exigido

Exigido

[ ]

[ ]

[ ]

Não Exigido

Não Exigido

Não Exigido

[ ]

[ ]

[ ]

Prop. n.º 122/2017  
Fls. DACM

Data: 13.03.2017

Hora: 16:26:55

Pág: 1 / 1

Util: BALMEIDA

Visto

PROCESSADO POR COMPUTADOR

REIMPRESSÃO



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

**ATA EM MINUTA**

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 23 de março de 2017, as atas, as moções, os votos de pesar, o voto de congratulação e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 144 e 146/2017 das reuniões de Câmara de 11 e 25 de janeiro de 2017.

**(Aprovadas por unanimidade)**

**Voto de Pesar n.º 7/2017** (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Velez, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**

**Voto de Pesar n.º 8/2017** (Subscrito pela Câmara)

Aprovar o Voto de Pesar pelas vítimas do atentado terrorista em Londres, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**

**Voto de Congratulação n.º 3/2017** (Subscrito pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

Aprovar um Voto de Congratulação ao trabalhador do Município de Lisboa, Hélder Mestre, na Meia Maratona de Lisboa, pelo elevado mérito desportivo alcançado na classe T51, nos termos do voto;

**(Aprovado por unanimidade)**



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Proposta n.º 121/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Submeter à Assembleia Municipal autorização para repartição de encargos para os anos económicos de 2017 a 2020, e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público, para “aquisição de peças, componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca IVECO” (Proc. 1429/CML/17), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)

**Proposta n.º 122/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos para os anos económicos de 2017 a 2020 e a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para “Aquisição de peças, componentes e acessórios originais, para as viaturas da frota municipal de marca Mercedes-Benz” (Proc. n.º 4328/CML/17), nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)

**Proposta n.º 123/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)**

Autorização para alteração à repartição de encargos e do inerente compromisso plurianual, no âmbito do contrato para “Aquisição de lubrificantes e produtos afins para a frota municipal”, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	13 (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	-	1 (CDS/PP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

**Proposta n.º 156/2017** (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Aprovar a transferência de verba para o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (CACCL), nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

**Proposta n.º 157/2017** (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Paula Marques)

Aprovar a transferência de verba para a AMBPC - Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz, para reforço do apoio financeiro já concedido pelo trabalho desenvolvido e a desenvolver no processo de realojamento do bairro, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

**Proposta n.º 158/2017** (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras dos arraiais populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

**Proposta n.º 159/2017** (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a transferência de verba para as coletividades organizadoras das marchas populares de 2017, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu, *Paula Levy* Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 23 de março de 2017

O Vice-Presidente

*Duarte Cordeiro*

Duarte Cordeiro

PROPOSTA 122/2017 - SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2017 A 2020 E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA OS MESMOS ANOS, NO ÂMBITO DA ABERTURA DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA "AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS ORIGINAIS, PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL DE MARCA MERCEDES-BENZ" (PROC. N.º 4328/CML/17), NOS TERMOS DA PROPOSTA;

**O Sr. Presidente em exercício:** - Vamos votar, ponto 9, Proposta 122/2017, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com a abstenção do CDS e o voto favorável dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 122/2017 a qual foi aprovada por maioria com 13 votos a favor (6PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP) e 1 abstenção (CDS/PP).